

## GRAMSCI NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM ENCONTRO MEMORÁVEL NA SENDA DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA

*Anita Helena Schlesener<sup>1</sup>*

### RESUMO:

O presente artigo traz um recorte da história da recepção do pensamento de Gramsci no Brasil a partir de um encontro promovido pelo Curso de Serviço Social da UFMA e que possibilitou um debate político importante. Retomamos alguns aspectos deste debate para compreender a relação entre política e educação mostrando as possibilidades de leitura que o texto fragmentário de Gramsci possibilita. O artigo visa a mostrar que os escritos de Gramsci podem ser lidos de perspectivas diferentes a fim de interpretar o movimento do real, o que acentua a riqueza de seus escritos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política, Educação, Antonio Gramsci.

### ABSTRACT:

This article brings a clipping of the history of the reception of Gramsci's thought in Brazil from a meeting promoted by the Social Work Course at UFMA and which enabled an important political discussion. We return to some aspects of this controversy to understand the relationship between politics and education, showing the possibilities of reading that Gramsci's fragmentary text makes possible. The article aims to show that Gramsci's writings can be read from different perspectives in order to interpret the movement of the real, which accentuates the richness of his writings.

**KEYWORDS:** Politics, Education, Antonio Gramsci.

### INTRODUÇÃO

Partimos aqui do Caderno 10 de Antonio Gramsci (1978, p. 1242) onde, a propósito da filosofia de Croce, o autor acentua que a “história é sempre história contemporânea, isto é, política”, no sentido que, “agindo no presente, interpretamos o passado”. Desta perspectiva, rememorar pode ter o significado de identificar no presente traços que o passado deixou e que condicionam a vida econômica e social de tal modo que, para criar as condições de transformação social, faz-se necessário saber ler estes sinais no presente. Também pode significar que um escrito, depois de publicado, se torna

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Presidenta da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) – Gestão 2022-2024. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858> E-mail: [anitahelena1917@gmail.com](mailto:anitahelena1917@gmail.com)

independente do autor e pode ser interpretado de acordo com as circunstâncias. Ao fazer a releitura do passado a partir da Revolução Francesa, ponto de referência para pensar a modernidade, Gramsci se afasta do hegelianismo de Croce e de sua leitura especulativa de Marx para afirmar a identidade entre economia, política e história, acentuando os desdobramentos desta relação no contexto da realidade italiana. O embate travado em forma de monólogo pelo encarcerado insere-se em uma tentativa de identificar os conflitos que, explicitados no campo intelectual, permitiriam esclarecer as relações ocorridas na realidade efetiva. A história sempre reinterpretada para a compreensão dos limites das forças em luta no presente: este o significado de retomar o processo de inserção do pensamento de Gramsci no Brasil.

Outra questão importante a salientar é sobre o conceito de educação, entendida aqui em seu sentido amplo, de formação que ocorre ao longo da vida como construção da subjetividade e da concepção de mundo a partir da inserção social de cada um. Recebemos em nosso processo educativo costumes e preconceitos que trazem a marca do passado e que, de certo modo, condicionam o presente no conjunto das relações sociais.

A história da recepção de Gramsci no Brasil pode ser lida num recorte temporal que já se estende por noventa anos e que alguns autores já tentaram explicitar, mas pode ser sempre retomada. Pretendemos fazer aqui o relato de um encontro memorável que serviu para esclarecer as duas margens entre as quais navegamos e em relação às quais temos que definir o caminho futuro. Este encontro ocorreu em 1999, em São Luiz do Maranhão, num evento promovido pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e que se intitulava “Jornada sobre Gramsci”. A singularidade deste Evento, que reuniu na ocasião em torno de 150 participantes, é que teve como convidados Carlos Nelson Coutinho, Edmundo Fernandes Dias e Domenico Losurdo, evidenciando as diferenças de leitura e as possibilidades de interpretação do pensamento gramsciano e delimitando fronteiras e percursos possíveis.

Domenico Losurdo foi um historiador e pesquisador com reconhecimento internacional que, a partir do seu espírito revolucionário e sua ação intelectual fecunda, inspirou movimentos sociais e infundiu uma força de resistência na juventude acadêmica brasileira a partir de suas inúmeras participações em debates promovidos na Unicamp e

outras Universidades Brasileiras. Suas leituras em torno do hegelianismo e do liberalismo, bem como sobre outros temas circunstanciais foram muito fecundos para o debate em torno do marxismo. No Evento citado sua conferência foi sobre Hegel em italiano, com tradução simultânea por Edmundo Fernandes Dias. Em vista disso, nos deteremos na participação dos outros dois palestrantes buscando reconstituir em breves notas as polêmicas que evidenciam as duas leituras de Gramsci que prevaleceram no Brasil.

Iniciamos com uma breve abordagem sobre os limites da primeira edição dos escritos carcerários na organização de Togliatti, seguida de notas sobre a tradução brasileira e a interpretação de Carlos Nelson Coutinho. Na sequência, a abordagem da interpretação oposta, trazida por Edmundo Fernandes Dias e o seu debate com Coutinho. Seguem-se algumas conclusões.

## **O TEXTO FRAGMENTÁRIO DE GRAMSCI NA SUA PRIMEIRA EDIÇÃO**

O texto fragmentário de Gramsci, escrito nas severas condições carcerárias, abre a possibilidade de inúmeras leituras. Uma das leituras possíveis, que procura contemplar o conjunto da obra gramsciana, é a que se elabora em torno da noção de revolução, no sentido de mostrar como esse conceito, vinculado à redefinição da noção de Estado, não se enquadra a uma leitura por etapas, mas se produz como uma interpretação da realidade que busca entender o processo contraditório em seu interior, ou seja como se define a luta de classes em cada novo momento histórico. Para Gramsci, entender esses mecanismos significava dar instrumentos de luta à classe operária. A teoria política de Gramsci é crítica e profundamente revolucionária, porque apontou os limites da política liberal burguesa e procurou desenvolver uma nova concepção de mundo a fim de construir uma “nuova civiltà”.

Seus escritos, porém, a partir do formato fragmentário serviu a “usos” diversos, tiveram um impacto diferente conforme as necessidades políticas dos que se embatiam na disputa do poder em determinada conjuntura histórica. O primeiro a instrumentalizar os escritos de Gramsci foi Palmiro Togliatti, no trabalho de seleção dos fragmentos dos Cadernos do Cárcere organizados em obras temáticas.

A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil se fez a partir tanto da obra temática organizada por Togliatti, quanto da imagem que este produziu de Gramsci, conforme as condições de sua publicação e divulgação na Itália por meio da reconstrução e da atuação do Partido Comunista Italiano (PCI). Como acentua Juan Carlos Portantiero (1981, p. 67), além do “Gramsci precursor da política prudente do comunismo italiano” no segundo pós-guerra, “considerada por alguns como uma reedição da política da social-democracia alemã às vésperas de primeira guerra mundial”, existe “outro Gramsci”, que está no extremo oposto. A divulgação de Gramsci na América Latina retomou em grande medida a interpretação togliattiana e outras leituras permaneceram quase desconhecidas. Hoje se reconhecem os limites da edição de Togliatti, bem como os condicionamentos históricos que influenciaram na sua organização dos Cadernos. O vasto material de publicações de Togliatti (1991) durante a fase de preparação da publicação dos Cadernos, processo que levou dez anos nos quais somente ele conhecia o conteúdo da obra gramsciana, demonstra a tentativa de criar uma imagem de Gramsci vinculada ao marxismo-leninismo.

Desse material é necessário salientar um artigo de 1937, nascido de um discurso pronunciado em Moscou em 27 de maio, um mês após a morte de Gramsci. Neste texto, que praticamente introduziu Gramsci como dirigente do Partido e mártir do fascismo, Togliatti expõe o processo de condenação e o sofrimento de Gramsci na prisão com o objetivo de desvelar os mecanismos de repressão utilizados pelo fascismo desde o assassinato de Matteotti, em 1924, até a morte de Amendola e Gobetti. Togliatti apresenta Gramsci como o primeiro marxista da Itália, o primeiro bolchevique italiano, porque foi educado na escola do marxismo-leninismo, pressupostos que “lhe deram a possibilidade de percorrer a estrada justa” na análise dos fundamentos econômicos e políticos da revolução italiana. Evidente que, em 1937, Togliatti ainda não conhecia o conteúdo dos escritos de Gramsci, material em fotocópias que ele recebeu apenas em 1938 e formulava uma opinião a partir dos interesses partidários imediatos, num momento em que prevalecia o regime de terror stalinista, ao qual a adesão do PCI se mostrava clara.

O objetivo de propaganda política e de legitimação da posição partidária do PCI continuam em outros discursos evidenciando uma instrumentalização dos escritos de

Gramsci que vai se concretizando ao longo do tempo até os escritos togliatianos de 1944. Queiramos ou não, esta primeira interpretação marcou por longo tempo o destino das leituras do político sardo e influenciou sua recepção no Brasil.

Togliatti (1949, p. XVII) definiu os caminhos de interpretação desde a publicação do primeiro volume dos Cadernos do Cárcere: a orientação política da interpretação emana do prefácio de *II materialismo storico e Ia filosofia de Benedetto Croce*, no qual Togliatti procura definir as intenções do autor salientando que Gramsci desejava escrever alguma coisa “fur ewig”, de acordo com as exigências “de objetividade, probidade, seriedade científica e de pesquisa desinteressada da verdade”. Descrevendo o percurso teórico dos Cadernos, Togliatti acentua que os escritos do volume ora publicado eram, em certo sentido, o “coroamento de todas as pesquisas conduzidas por Gramsci nos anos do cárcere”. Desse ponto de vista, a obra começou a ser apresentada pelo final. A edição crítica, que foi publicada em 1975 e apresenta os cadernos em ordem cronológica, situa a redação dos escritos sobre a filosofia de Benedetto Croce (Caderno 10), entre 1932-35. A ideia de um Gramsci culturalista tem raízes nesta interpretação, com repercussões na recepção do pensamento de Gramsci no Brasil.

O início da década de 1960 no Brasil foi marcado por ideais e práticas muitas vezes contraditórios, que revelavam tensões políticas emergentes: os sonhos de modernização da parte das classes dominantes, que se empenharam na implementação de uma política desenvolvimentista, eram partilhados também por setores de esquerda, que se expressavam na variada gama de movimentos que se estendiam desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) até as vanguardas artísticas (cinema e teatro, principalmente) e os grupos mais radicais que se organizavam em torno de projetos revolucionários socialistas.

A ação política do PCB na década de 1960 pressupunha tanto a relação do Partido com a Terceira Internacional Comunista e a sua aceitação das determinações políticas daquela organização partidária, quanto a sua inserção no debate político nacional, onde prevalecia, desde o final da década de 1950, o ideário nacionalista, que pretendia implementar um processo de modernização econômica e reformas sociais, a partir de ações governamentais, com apoio da sociedade civil. A partir desta posição, o Partido

enfrentou muitas querelas e dissidências tendo como pano de fundo a definição da natureza da revolução no Brasil e as possíveis estratégias políticas.

As profundas contradições sociais se manifestavam na participação da sociedade civil na vida política do país, expressando-se de várias maneiras: havia setores que apoiavam medidas nacionalistas e movimentos que reivindicavam reformas sociais e mudanças políticas urgentes. A organização política dos trabalhadores urbanos e rurais convivia com as diferentes posições de setores da classe média, que iam desde a participação nas manifestações urbanas em favor de mudanças radicais até o apoio à intervenção militar que acabou acontecendo no Golpe de Estado de 1964.

A divulgação de Gramsci no Brasil permitiu, em determinados momentos, uma crítica política e uma renovação do pensamento de esquerda, mas também serviu a objetivos políticos mais imediatos que levaram, em determinadas circunstâncias, a instrumentalizar seu pensamento. Embora a sua heterodoxia emane a cada novo parágrafo de seu texto, Gramsci foi inicialmente apresentado pelos tradutores, no momento da primeira publicação, como um marxista preocupado com a questão cultural desvinculada da questão política, porque era o que se mostrava viável dentro dos limites da política do PCB. Mais tarde, quando deram relevância à questão política, o Gramsci apresentado foi o Gramsci togliattiano, leninista, fundador do PCI, que seguiu essa orientação partidária. No fundo, Gramsci não deixou de ser o “teórico das superestruturas”, em nenhum momento se considerou relevantes as suas reflexões sobre economia nem se procurou mostrar a interrelação dialética entre econômico e político, que permite redefinir a questão das superestruturas.

Cabe salientar que ao menos duas leituras prevaleceram no Brasil, a partir da conjuntura histórica da década de 1960, época de sua inserção nos debates do PCB e os pressupostos que orientavam a noção de revolução que prevalecia entre parcelas das esquerdas vinculadas ou simpatizantes do Partido. A partir da tradução brasileira a interpretação de Gramsci que se firmou foi a que seguiu, em linhas gerais, a noção de revolução processual implícita na leitura de Togliatti, na ideia de construção de uma democracia progressiva, nos moldes do que ocorria com o PCI na Itália.

Hoje se identifica a complexidade de uma obra que se produziu ao longo de uma vida e que precisa ser lida em sua totalidade para ser compreendida. Esta é uma das dificuldades enfrentadas no Brasil, visto que não temos ainda nem a tradução da Edição Crítica de Valentino Gerratana e um mínimo de sua produção jornalística publicada entre 1916 e 1926 encontra-se traduzida.

Podemos ainda dizer, depois de um longo período de leitura e interpretações de Gramsci no Brasil, que prevaleceram uma leitura culturalista que abre caminho a uma interpretação liberal e se aproxima de teorias pós-modernas, e uma outra que retoma o Gramsci revolucionário, cujo ponto de partida para qualquer reflexão é a luta de classes; no meio do caminho destes extremos, a leitura filológica mais recente, para a qual o embate político fica em segundo plano. Partindo da observação de Gramsci de que toda história é história contemporânea, nenhuma destas vertentes pode afirmar que apresenta a verdade sobre o seu pensamento, visto que as circunstâncias históricas e políticas de cada momento condicionam a leitura e a apropriação intelectual de um autor. A verdade é que tudo é histórico e uma teoria precisa ser entendida tanto no seu conteúdo quanto na sua relevância e efetividade política. A questão em aberto é a da tradutibilidade a ser construída entre teoria e prática; para Gramsci (1978, p. 851), “o princípio da tradutibilidade recíproca é um elemento ‘crítico’ inerente ao materialismo histórico”. Visto que toda história é história contemporânea, traduzir significa interpretar para compreender o real em seu movimento conjuntural e estrutural. Desta perspectiva, seguem as nossas notas sobre as interpretações de Coutinho e Dias.

## **NOTAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE COUTINHO**

Carlos Nelson Coutinho e Edmundo Fernandes Dias foram dois grandes intérpretes e polemizadores que se confrontaram em debates memoráveis a partir de suas leituras do pensamento de Gramsci, debates dos quais, apesar das divergências, nunca faltou o respeito que cabe nas polêmicas entre grandes intelectuais. O embate teórico entre Coutinho e Dias nos apareceu translúcido e é dele que pretendemos falar a seguir. Para tanto, precisamos retomar alguns pontos da leitura que ambos fizeram dos escritos de Gramsci.

Carlos Nelson Coutinho, como um dos principais tradutores dos textos de Gramsci publicados no Brasil e divulgador do pensamento gramsciano por meio de seus escritos, foi uma figura de grande relevância no debate brasileiro. Ao longo dos anos 1970, em ensaios e comunicações, Coutinho não só procurou explicitar os conceitos de Gramsci como desenvolver a análise da realidade brasileira com o apoio de suas categorias. No bojo desse trabalho, tem-se uma formulação do conceito de revolução, que é atribuída a Gramsci, mas se elabora a partir da interpretação construída por Togliatti.

Nos anos 1980, Coutinho passou também a desenvolver um trabalho de historiador, fazendo o inventário da inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, inicialmente em comunicações apresentadas em Seminários realizados na Itália (Ferrara, 1985 e Formia, 1989) e, posteriormente, traduzidas pelo próprio Carlos Nelson Coutinho, para publicação no Brasil (COUTINHO, 1988). Nos dois eventos, tratou-se de uma versão da história que, de certa forma, atuou como uma justificação de seu trabalho pessoal.

A inserção das ideias de Gramsci no Brasil foi dividida por Coutinho em dois momentos: um primeiro ciclo, que vai da primeira publicação de parte da obra de Gramsci (1966) até meados dos anos 1970 e um segundo ciclo, que inicia com a segunda edição da tradução brasileira, de 1978. Nos dois ensaios citados Coutinho faz um esboço histórico da situação política pós-1968 e do ambiente cultural vivido pelas esquerdas brasileiras para justificar a pequena influência ou o quase desinteresse pelas primeiras edições do texto de Gramsci: o movimento de esquerda aparece polarizado entre, por um lado, o PCB, com sua “tradição terceiro-internacionalista”, em que predominava uma concepção do marxismo “fortemente economicista” e, por outro, grupos que Coutinho denomina de “ultraesquerda”, entre os quais inclui os que se dedicavam ao estudo da teoria de Althusser.

Por meio desses ensaios, esboçam-se algumas das condições objetivas que caracterizaram a conjuntura histórica em que se inseriu o pensamento de Gramsci na década de 1960. Coutinho aponta como dificuldades para a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil não só as medidas de exceção da ditadura militar, mas também a “própria cultura então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda”,

influenciada por modelos interpretativos e pela tradição da Terceira Internacional que predominava no PCB, situação que levava a entender o Brasil como um país com uma “formação social atrasada, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade, para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social, de uma revolução 'democrático-burguesa' ou de 'libertação nacional” (COUTINHO, 1988, p. 104-105). Essa era, ainda na leitura de Coutinho, a posição do PCB desde os anos 1930.

Na análise de Coutinho, ocorria “uma estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro”, o que dificultou a recepção do pensamento de Gramsci no momento de sua primeira publicação. Foi com o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda que a influência de Gramsci, a partir da metade dos anos 1970 se fez sentir, em “análises políticas e historiográficas” de “autores comunistas, social-democratas, cristão-progressistas e até mesmo liberais” (COUTINHO, 1988, p. 105). Coutinho acentua que, embora opostos, esses lados coincidiam na análise da realidade brasileira, entendendo-a como uma realidade constituída de uma formação social “atrasada', semicolonial e semifeudal”, que deveria, por suposto, passar necessariamente por uma revolução 'democrático-burguesa' antes de se lançar à construção de um projeto socialista. Essa composição dificultou, no entender de Coutinho, a recepção da obra de Gramsci no Brasil, de modo que o seu texto começou a ser lido e amplamente discutido a partir da metade dos anos 1970, ou seja, “simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais” (COUTINHO, 1988, p. 104-105).

Outra questão implícita nas afirmações de Coutinho é a intenção do PCB em manter a tutela da atividade intelectual, bem como a direção política, apesar da crise interna gerada pelas revelações do Relatório Krushev de 1956 sobre os horrores do stalinismo. O PCB não promoveu a renovação, diz Coutinho, mas também não obstaculizou o seu encaminhamento por parte de “alguns jovens intelectuais ligados então ao Partido”. A direção do Partido havia compreendido a importância da renovação como pressuposto para que o “PCB continuasse a exercer influência” sobre a esquerda, ou seja, a renovação intelectual foi consentida (COUTINHO, 1988, p. 105).

Cabe salientar que no evento de Formia, com texto publicado na Itália, Coutinho acentua que as “primeiras referências a Gramsci da parte de jovens intelectuais comunistas” aparece em “publicações culturais ligadas ou influenciadas pelo PCB”; e acrescenta uma nota de rodapé fazendo uma observação que parece inocente e até ingênua sobre um escrito de Löwy sobre a recepção de Gramsci no Brasil: “é interessante observar que, diversamente de Coutinho e Konder, Löwy não se refere ao Gramsci filósofo, mas, ao contrário, ao teórico dos conselhos operários”. Acrescenta que se trata, porém, de uma linha de pesquisa que só teve seguimento a partir de 1984, “quando o tema do jovem Gramsci reaparece em tese de doutorado redigida por Edmundo Fernandes Dias e apresentada na Universidade de São Paulo” (COUTINHO, 1995, p. 125).

As breves observações acima, com grande respaldo nos escritos de Coutinho, demonstram que a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil teve uma orientação que, para Coutinho, estava centralizada no PCB, chegando a acentuar que a publicação se constituiu em uma “operação” que tinha “uma finalidade clara: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci sobretudo filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário”, conforme a “linha de interpretação ‘oficial’ do PCI” (COUTINHO, 1995, p. 127). Portanto, a dicotomia entre cultura e política foi intencional, orientada pela postura do PCB e pela predominância do “marxismo-leninismo” nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, fato que restringiu o alcance crítico e antidogmático da obra gramsciana.

Assim, a dicotomia entre cultura e política acentuada nas notas introdutórias ao primeiro livro de Gramsci no Brasil, *Concepção Dialética da História*, não foi fruto das circunstâncias históricas, mas de um posicionamento político e ideológico de Coutinho ante o texto de Gramsci. No curso dos anos, esta leitura prevaleceu no Brasil, na medida em que a tradução da edição temática passou a circular e não se tinha acesso a outros materiais visto não estarem traduzidos.

Implicitamente Coutinho reconhecia que o problema da escassa repercussão do pensamento de Gramsci entre o público brasileiro se ligava ao vínculo estabelecido entre o autor italiano e o PCB: “Nosso autor chegava ao Brasil num momento em que amplos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição a uma ditadura que

também se radicalizava, não mais reconheciam nas formulações políticas do PCB” uma resposta adequada aos desafios da nova situação (COUTINHO, 1995, p. 128).

Na verdade, o pouco impacto do pensamento de Gramsci neste primeiro momento deve-se tanto às circunstâncias históricas quanto à sua apresentação como filósofo da cultura. Em *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira* Coutinho salientou que o “ambiente cultural permaneceu hostil a uma justa recepção de Gramsci”, sem definir claramente o que entendia por “justo”: o que seria, no entender de Coutinho, uma recepção “justa”? A interpretação togliattiana, de acordo com a orientação “oficial” do PCI? Ou a redução das categorias de Gramsci à matriz teórica leninista, mais apta a conviver com o stalinismo predominante no PCB? Quem sabe a leitura liberal, a partir dos postulados croceanos? O conceito “justo”, além de apresentar um sentido moral, demonstra uma atitude dogmática que exclui todas as outras possibilidades de leitura.

Vários outros pontos poderíamos apresentar aqui para acentuar os limites da perspectiva de Coutinho, como a ideia de “democracia como valor universal”, tomando o conceito de forma abstrata. Para Gramsci, a realidade se transforma continuamente e o conceito, embora distinto do real que concebe, deve considerar a historicidade e o movimento do real. A democracia burguesa é fortemente criticada por Gramsci como uma forma de elidir a participação popular, ou seja, faz do aparelho institucional do Estado parlamentar um instrumento de formação e de controle da vontade popular no sentido de proteger interesses econômicos. Tal acontece a partir da estrutura formal que assume tal democracia, que serve para mascarar e legitimar a estrutura de poder burguesa.

A parte este detalhe, a interpretação de Coutinho de conceitos presentes nos Cadernos como: a noção de Estado e de guerra de posições, passíveis de serem adaptados a uma proposta de conquista progressiva ou ao contexto da teoria das etapas, podem ser exaustivamente criticadas a partir do próprio material dos Cadernos na Edição Gerratana. Os pontos que levantamos acima são alguns levantados também por Edmundo Fernandes Dias no seu debate com Carlos Nelson Coutinho.

Edmundo Fernandes Dias foi docente universitário e principalmente um militante político e sindical como dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e é desta perspectiva que se dedicou à leitura dos escritos de Antonio

Gramsci. A sua tese de Doutorado, intitulada *Democracia Operária*, posteriormente publicada com o título *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia* foi um dos primeiros trabalhos consistentes sobre os escritos de Gramsci no período de 1913 a 1921, com ênfase no biênio rosso até a fundação do PCI. O caráter revolucionário dos escritos gramscianos é ressaltado em toda a sua força na reflexão sobre os Conselhos de Fábrica, como uma ação permanente de educação política da classe trabalhadora e uma recomendação ao partido para desenvolver um trabalho permanente de análise e de adequação a realidade (DIAS, 1987).

Como dirigente sindical Edmundo Fernandes Dias recorreu às categorias gramscianas para análise da realidade brasileira contestando as leituras reformistas e liberais que se faziam no Brasil. Sua leitura de Gramsci tinha o objetivo claro de avançar na linha de análise conjuntural da realidade brasileira visando uma intervenção política e de formação da classe trabalhadora. Desta perspectiva, foi um dos mais ferrenhos críticos de Carlos Nelson Coutinho, em polemicas acirradas em ocasiões como o Evento que recordamos aqui.

Como intelectual e docente universitário foi autor de uma extensa produção bibliográfica, teórica e política, pela qual se notabilizou pelo rigor de interpretação do pensamento gramsciano e pela crítica à instrumentalização e ao reducionismo de algumas leituras de Gramsci tornando-o a matriz da verdade a referendar (DIAS, 1996). Todos os seus escritos tinham como pressuposto a importância da luta de classes e a perspectiva revolucionária do político sardo.

Dias mostrava a continuidade entre os Conselhos de Fábrica enquanto experiência inédita de construção do Estado operário e os Cadernos do Cárcere, nos quais, na sua leitura, Gramsci “repensa as práticas revolucionárias nos países capitalistas de institucionalidade condensada sob a dominância imperialista”. Entre as duas fases não há ruptura: segue-se a mesma forma de trabalhar os conceitos. “Obviamente atualizam-se as categorias, constroem-se novas. Mas o fio que perpassa toda a obra é o mesmo: a capacidade orgânica das classes trabalhadoras de construir uma nova civiltà” (DIAS, 1996, p. 107).

Retomamos um dos últimos escritos de Edmundo Fernandes Dias que nos foi cedido para publicação com o título: *Notas sobre hegemonia*, que apresenta uma condensação do livro *Revolução Passiva e Modo de Vida* publicado pela Editora Sundermann em 2012. Este artigo se tornou uma publicação póstuma. Entre os conceitos gramscianos que retomou e explicitou nesta abordagem estão: Estado e sociedade civil; hegemonia; guerra de posição; linguagem. Seguindo a senda deste escrito, Dias acentua que as leituras do conceito de sociedade civil em Gramsci (e que foram mais divulgadas no Brasil) a apresentam como “um desdobramento metodológico do Estado”, lida por intelectuais que se dizem marxistas, como “entidade separada da sociedade política e transformada em elemento que permite/facilita a captura liberal da subjetividade antagonista” (DIAS, 2014, p. 20).

Para Dias, esta leitura da “sociedade civil como lugar do consenso e em oposição ao Estado não é apenas não-gramsciana, mas profundamente anti-gramsciana”. Assim temos um conceito “criado por um marxista revolucionário” metamorfoseado “para o amplo dicionário reacionário da política dos organismos internacionais”. Na separação entre sociedade política e sociedade civil não apenas se traduz o sentido de Estado em termos liberais como também se instrumentaliza o significado de consenso, que pode ser entendido como acordo, mas também como “obter o consentimento, isto é, obter a obediência”, o que não se exclui numa sociedade hierárquica e autoritária como a nossa. Tomada de forma naturalizada e neutra, a expressão “sociedade civil” oculta “conteúdos e práticas semanticamente diversos”. Instrumentalizar o pensamento de Gramsci não se apresenta como ação inocente ou ingênua, mas esconde uma intencionalidade: o “erro teórico oculta uma capitulação ideológica” (DIAS, 2014, p. 20-21).

Dias também reflete sobre a linguagem política, que é outro fator de suma importância na luta de classes: é por meio dela que se forma o horizonte ideológico no qual se interage e se forma (ou se anula) a consciência de classe. A “ordem burguesa, pelo efeito ideológico da ideia de ordem, se naturaliza, perde sua historicidade, se eterniza, passando a ser vista como o único cenário possível da vida social”. Este horizonte ideológico nos aprisiona como grilhões invisíveis que não permitem identificar a “questão central: o seu caráter classista” (DIAS, 2014, p. 21).

A este conceito segue-se o de hegemonia, que Dias não cessou de explicitar no curso de sua produção teórica e política, visto a apropriação de sentido no contexto da ideologia burguesa. A hegemonia, para as classes trabalhadoras, define-se não como consenso quantitativo e passivo, mas como construção de sentido comum e coletivo de massa para criar a “inteligibilidade do real” e o reconhecimento do embate de projetos políticos divergentes e conflitantes na sociedade. Não se apresenta, em Gramsci, como uma reforma interna da ordem vigente, mas como a luta por um novo projeto de sociedade (DIAS, 2014, p.22-23).

No magnífico texto *Notas sobre hegemonia*, a crítica ao reformismo que se instituiu na apropriação liberal do pensamento de Gramsci se expressa, conforme Dias (2014, p. 24 – grifo do autor), nas “políticas públicas, forma pela qual os governos pretendem impor sua visão de mundo, seu projeto de dominação”. Tais políticas “atendem necessidades populares de modo focalizado sem alterar-se as condições reais que as produzem”. Desta forma, “*penetram fundo no solo da afetividade social subalterna*”, consolidando a hegemonia burguesa.

O embate de Dias com Coutinho se concentrava essencialmente sobre esta abordagem reformista na interpretação do pensamento de Gramsci, tanto sobre a apresentação da edição brasileira quanto sobre o conteúdo dos conceitos vistos a partir da separação entre cultura e política, entre política e economia, como pressuposto teórico para a leitura reformista do pensamento do político sardo.

Um fato do cotidiano só expressa seu significado se inserido no contexto: o Evento que reuniu estes três grandes intelectuais e intérpretes de Gramsci foi fundamental para explicitar elementos da recepção do político sardo no Brasil, expondo a importância do trabalho da memória realizado por historiadores na senda do esclarecimento dos condicionamentos sociais e políticos presentes na produção intelectual. A leitura histórica revela posicionamentos políticos no narrar ou omitir certos eventos, mostrando que nenhuma interpretação é neutra ou definitiva e, desta forma, nossa escrita também está exposta.

## REFERÊNCIAS

- BURGIO, Alberto. *Gramsci: il sistema in movimento*. Roma: Derive-Approdi, 2014.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A recepção de Gramsci no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 199-213.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.
- COUTINHO, Carlos Nelson. In Brasile. In: HOBSBAWM, Eric. *Gramsci in Europa e in America*. Bari-Roma: Laterza, 1995.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Democracia Operária*. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em novembro de 1984. Editora da UNICAMP, 1987, 2v.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: VV.AA. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 183-191.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: VV.AA. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 105-122.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Notas sobre hegemonia. In: SCHLESENER, Anita Helena (Org.). *Filosofia, Política e educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014, pp. 19-34.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México: Folios Ediciones, 1981.
- SCHLESENER, Anita Helena. *A recepção de Gramsci no Brasil: a interpretação no contexto do PCB nos anos 60*. Tese de Doutorado defendida em 2001. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27168/T%20-%20SCHLESENER%2c%20ANITA%20HELENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- TOGLIATTI, Palmiro. In memoria di Antonio Gramsci. *Crítica Marxista*, n. 6, p. 123-134, 1991.
- TOGLIATTI, Palmiro. Il partito comunista e la scelta della “democrazia progressiva”. In: PRETI, Alberto (Org.). *Itália 1943-1945 - La Resistenza*. Bologna: Zanichelli, 1978, p. 61-74.
- TOGLIATTI COMEMORA GRAMSCI A NAPOLI: Nello spirito di Gramsci sulla via della rinascita. *L'Unità (ed. romana)*, 01.05.1945, fl. 2, Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão.

TOGLIATTI, Palmiro. La rivoluzione democrática. *L'Unità*, 10.06.1945, Ano XXH, n. 54, L.2. Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*